

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CAMINHOS E PERCALÇOS

INTELLECTUAL DISABILITY: PATHS AND OBSTACLES



DAYANE SOUZA SANTOS MASCARENHAS

Graduação Pedagogia, pela Universidade Nove de Julho, em 2010. Pós-graduação em Psicopedagogia, pela Universidade Nove de Julho, em 2014. Professora de Educação Infantil e Educação Infantil e Fundamental I.

RESUMO

Neste estudo, busca-se examinar a relevância da instrução diferenciada no cenário da integração acadêmica, ressaltando a urgência de práticas educacionais abrangentes e flexíveis para atender às distintas exigências dos estudantes com limitações. A abordagem empregada consiste em uma análise minuciosa de fontes bibliográficas sobre o assunto, aliada a relatos de situações concretas que exemplificam experiências bem-sucedidas de integração em estabelecimentos de ensino. Com o intuito de atingir os propósitos delineados, esta pesquisa fundamentou-se em uma avaliação crítica da literatura especializada, incorporando textos acadêmicos, publicações e documentos provenientes de entidades globais. Adicionalmente, foram examinados exemplos práticos de escolas que implementaram com êxito abordagens inclusivas, visando identificar fatores essenciais para uma efetiva inclusão de discentes com restrições. Os desfechos desta investigação ressaltam a primazia essencial da instrução diferenciada no âmbito da integração acadêmica. Práticas educacionais abrangentes não apenas favorecem os alunos com exigências singulares, como também fomentam um ambiente educativo mais heterogêneo e enriquecedor para todos os educandos. Todavia, é imprescindível transpor os obstáculos existentes e investir em capacitação docente, recursos apropriados e políticas inclusivas para assegurar que a instrução seja verdadeiramente acessível a

todos. A integração não é meramente um direito, mas também uma possibilidade de impulsionar a igualdade e enaltecer a variedade em nossas instituições de ensino.

Palavras-chave: Integração; Pedagogia Especial; Variedade.

ABSTRACT

This study seeks to examine the relevance of differentiated instruction in the academic integration scenario, highlighting the urgency of comprehensive and flexible educational practices to meet the different requirements of students with disabilities. The approach employed consists of a thorough analysis of bibliographical sources on the subject, combined with reports of concrete situations that exemplify successful integration experiences in educational establishments. In order to achieve the objectives outlined, this research was based on a critical evaluation of the specialized literature, incorporating academic texts, publications and documents from global entities. In addition, practical examples of schools that have successfully implemented inclusive approaches were examined in order to identify key factors for the effective inclusion of students with restrictions. The findings of this research highlight the essential primacy of differentiated instruction in the context of academic integration. Comprehensive educational practices not only favor students with unique requirements, but also foster a more heterogeneous and enriching educational environment for all learners. However, it is essential to overcome existing obstacles and invest in teacher training, appropriate resources and inclusive policies to ensure that education is truly accessible to all. Integration is not merely a right, but also a possibility to boost equality and enhance variety in our educational institutions.

INTRODUÇÃO

Na década de 50 e até o início dos anos 60, a instrução era primariamente considerada como um instrumento para a mobilidade social. Para além de seu propósito de integração e ensino, a educação era vista como crucial na atribuição de "status" aos indivíduos. Para o sujeito, a instrução representava uma oportunidade de avançar na escala de prestígio que caracterizava a hierarquia social em forma de pirâmide, enquanto para a própria sociedade, denotava uma maior abertura do sistema de estratificação social.

A Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, tinha como intuito fomentar uma educação fundamental mais abrangente, concedendo oportunidades àqueles que previamente estavam privados do acesso à aprendizagem no nível primário. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), o Estado assumiu o compromisso de garantir gratuitamente a educação básica, abrangendo a educação inclusiva e proporcionando o ensino a todos, independentemente das limitações individuais de cada aluno.

Anteriormente, a concepção de uma escola inclusiva não era universalmente aceita por alguns educadores, pois representava um desafio que demandava mudanças na abordagem pedagógica e uma maior capacitação dos professores para lidar com diversas dificuldades, com foco na integração dos alunos.

Era evidente que a compreensão da inclusão na escola necessitava de uma revisão; inclusão não se restringe apenas a matricular crianças na escola, mas, sobretudo, envolve a busca por métodos apropriados e eficazes para alcançar um desempenho social significativo, resultando em uma educação de excelência.

Atualmente, o sistema educativo precisa concentrar-se em práticas pedagógicas que metamorfoseiem o ensino em uma educação inclusiva, respeitando a diversidade. O papel de uma escola contemporânea deve ser auxiliar no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, visando à formação de cidadãos conscientes.

A inclusão de crianças com necessidades especiais emergiu como um tema central nas conversas educativas, já que nem todos os participantes no ensino infantil estão adequadamente preparados para implementar a inclusão de maneira eficaz.

A escolha deste tema é justificada pela relevância e preocupação com o avanço educacional das crianças nas escolas, considerando a diversidade e a promoção de uma sociedade inclusiva. As instituições educacionais estão confrontando desafios que requerem mudanças, uma vez que frequentemente os educadores não possuem a formação necessária para lidar com a inclusão de crianças com necessidades especiais.

Esta pesquisa busca responder às seguintes indagações: Estarão as escolas devidamente equipadas para implementar práticas educativas desafiadoras que fomentem a inclusão das crianças? O que exatamente implica a inclusão? Deveria a inclusão começar já na educação infantil?

Com o propósito de abordar as questões citadas, este estudo estabelece o seguinte objetivo principal: - Investigar a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil. Adicionalmente, os objetivos específicos incluem: - Refletir sobre a inclusão de crianças na educação infantil. - Identificar os avanços e os obstáculos envolvidos na concretização prática da inclusão escolar. - Analisar as políticas de inclusão e sua interação com a formação docente.

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Na contemporaneidade, é recorrente ouvir discussões a respeito da integração na sociedade. Entretanto, o que verdadeiramente implica incluir? De acordo com o dicionário Aurélio (2010), incluir refere-se a introduzir algo em um local específico, configurando um processo de incorporação. Portanto, o conceito de incorporação está associado à integração de indivíduos em um ambiente determinado, como, por exemplo, a escola, onde tradicionalmente se adquire a habilidade de leitura e escrita.

Apesar de estarmos no século XXI, surge a incerteza se nossas instituições educacionais já abandonaram as metodologias e práticas do passado. Tudo indica que, apesar das alegações de

mudança, as escolas ainda demonstram resistência em adotar novas abordagens que, ao serem mais abrangentes, poderiam aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Compartilhando a visão de Mittler (2000, p. 25) sobre a inclusão de crianças:

No âmbito educacional, a inclusão envolve um processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo, com o propósito de garantir que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela instituição.

À luz desse conceito de Mittler (2000), as escolas precisam reavaliar suas práticas para estabelecer um ambiente propício à inclusão de todos os alunos, respeitando suas particularidades.

É crucial que as escolas desenvolvam métodos de ensino que contribuam para a construção de um novo tipo de conhecimento e práticas desprovidas de preconceitos, valorizando a diversidade. As instituições devem revisar suas práticas excludentes e estar receptivas a ajustes para enfrentar o desafio da inclusão. Strieder e Zimmermann (2000, p. 145) afirmam: "Incluir implica desejar e efetuar mudanças profundas nas concepções e práticas educacionais, criando expectativas diferentes com base no envolvimento da comunidade."

Essas transformações exigem estratégias que fomentem o desenvolvimento infantil, considerando que as escolas devem transcender suas limitações para aprimorar o desempenho dos alunos que demandam atenção especial, resultando em uma mudança de paradigmas que favoreça o processo de ensino e aprendizagem.

Strieder e Zimmermann (2000, p. 146) destacam que:

A inclusão demanda uma alteração de mentalidade e valores nos estilos de vida, sendo mais profunda do que simples diretrizes técnicas, requerendo reflexões complexas de toda a comunidade educacional e humana, reconhecendo que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade presente na comunidade humana.

Fica claro que não é suficiente seguir simplesmente orientações técnicas ou fórmulas prontas; é imprescindível uma mudança de mentalidade em relação ao próximo, valorizando a diversidade e as necessidades individuais. Mantoan (2003) argumenta que um novo paradigma está emergindo: é a aceitação do outro em sua diversidade. Neste século, caracterizado como a era da comunicação e da informação, as barreiras estão sendo transpostas em relação a um passado que reluta em se ajustar às transformações de uma nova era; no entanto, a escola não pode permanecer insensível às mudanças que permeiam a sociedade.

Para efetivar a educação inclusiva na prática, é crucial realizar uma reestruturação abrangente, pois a escola precisa se abrir para a criação de novas oportunidades de aprendizado (MANTOAN, 2003).

Conforme Aguiar (2004, p.15):

As escolas devem acolher todas as crianças, permitindo que aprendam juntas, independentemente dos desafios ou diferenças que possam enfrentar, sejam de natureza física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Dessa maneira, os gestores escolares

precisam ser capazes de identificar e atender às diversas necessidades de seus alunos, respeitando diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, e garantindo uma educação de alta qualidade para todos, por meio de um currículo apropriado, modificações na organização, estratégias de ensino, uso de recursos e colaboração com a comunidade escolar.

O respeito e a valorização dos alunos com necessidades especiais exigem que as escolas e os profissionais envolvidos se dediquem ao estudo e à reflexão sobre a inclusão, buscando proporcionar melhores condições de acesso e permanência na educação formal.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Indubitavelmente, os pais de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) frequentemente experimentam, inicialmente, a alegria de ter um filho que, à primeira vista, parece estar se desenvolvendo como qualquer outro. No entanto, em algum momento do crescimento, geralmente após o primeiro ano, começam a surgir determinados comportamentos que confundem os pais, sinais que geram preocupação e que se agravam com o passar do tempo.

A resistência ao contato afetivo, a falta de resposta a instruções verbais ou brincadeiras repetitivas são elementos que causam um impacto profundo. Frequentemente, diante desses sinais, os pais buscam respostas junto a especialistas, principalmente pediatras, sem sucesso.

A ausência de alterações físicas óbvias na maioria das crianças com autismo dificulta a identificação do problema. O autismo frequentemente contraria a primeira expectativa de emoções intensas que surgem da predisposição biológica para a reprodução (Rivière, 1997a). "A existência das pessoas com autismo é bastante complexa, pois a sua limitação não é visível à primeira vista e é de difícil compreensão" (Stanton, 2002, p.17).

Apresentar características físicas normais, juntamente com a possibilidade de ter níveis elevados de oleosidade em algumas áreas do desenvolvimento, gera grandes incertezas nos pais, levando-os a questionar se o seu filho pode ter algum problema, mesmo que não seja um transtorno grave e irreversível como o autismo.

Além disso, os profissionais muitas vezes respondem às preocupações dos pais, tranquilizando-os e assegurando que o filho não enfrenta nenhum problema, encorajando-os a agir como pais convencionais e a não analisar o desenvolvimento do filho de forma negativa. Compreendemos a extensa incerteza que essas famílias atravessam. Esperança e desespero coexistem, gerando um impacto doloroso em quem observa uma criança com aparência típica.

A conscientização em relação ao autismo é particularmente desafiadora, pois envolve uma condição associada a uma certa ambiguidade, incluindo a grande variação no prognóstico, a ausência de marcadores biológicos e a dificuldade dos pais em detectar sintomas sutis como esses que caracterizam o autismo em suas fases iniciais, devido à ampla gama de manifestações. O autismo não é uma desordem uniforme, nem claramente definida, e sua apresentação varia em um espectro de menos a mais afetado. Evolui ao longo do tempo, sendo influenciado por fatores como o nível de capacidade intelectual associada ao acesso a apoio especializado.

Pode ser que, no autismo e em outros transtornos do espectro autista, os primeiros indícios tenham sido negligenciados, embora, em retrospectiva, tenham sido interpretados de maneira semelhante. "Em minha visão, um dos aspectos mais dolorosos do autismo infantil é que, para os pais, o processo de perceber que algo está errado com o seu filho é bastante demorado" (Werner, Dawson, Osterling, Dinno, 2000).

Se por muito tempo eles são impedidos de perceber ou são deliberadamente cegos para isso, será extremamente desafiador superar essa falta de visão; será crucial ajudá-los a enxergar a realidade e, acima de tudo, a enfrentar essa situação.

O ambiente escolar frequentemente suscita questionamentos sobre a igualdade ou diferença entre os alunos matriculados nas salas de aula, especificamente sobre se todos devem aprender da mesma maneira e, conseqüentemente, utilizar uma única metodologia de ensino-aprendizagem padronizada para todos.

O primeiro passo crucial para efetivar a inclusão de forma eficaz é aprimorar a formação dos professores. Os programas de treinamento para professores regulares e de educação especial normalmente coexistem nas faculdades de educação, porém raramente são ministrados de forma conjunta por professores de ambas as áreas. Esses programas devem começar a quebrar essas barreiras e integrar a instrução, seguindo a tendência das escolas públicas. As disciplinas devem abranger uma diversidade de estratégias de ensino planejadas para atender às necessidades e habilidades dos alunos com os quais esses futuros professores irão trabalhar. Em resumo, o ambiente universitário deve espelhar as salas de aula que os professores irão liderar no futuro.

Crianças e jovens no espectro do autismo muitas vezes necessitam de rotinas para compreender o mundo ao seu redor. Isso implica que eles podem achar desafiadores os horários não estruturados, como o período de almoço e o intervalo.

Esses alunos frequentemente precisam de mais tempo para processar informações e podem enfrentar dificuldades em interações sociais e de comunicação. Muitos desejam construir amizades, mas encontram dificuldades devido à falta das habilidades sociais convencionais. Infelizmente, eles são frequentemente alvo de intimidação, pois seus colegas podem não estar cientes ou aceitarem o autismo.

Se observarmos atentamente qualquer sala de aula, logo perceberemos que fisicamente existem notáveis diferenças entre os alunos presentes. Há características físicas distintas que nos diferenciam e nos tornam únicos como indivíduos. Após essa primeira análise visual na sala de aula, surge a pergunta: todos os nossos alunos são iguais? Não, os alunos são diversos entre si, e é aí que a importância da 'diversidade' se destaca. A diversidade implica um conjunto de elementos distintos, referindo-se à existência de diferenças e singularidades.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um tipo de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) englobam transtornos que compartilham o comprometimento das funções de desenvolvimento. Este conceito mais recente foi possível devido aos avanços metodológicos nos estudos e à superação dos primeiros modelos explicativos sobre o autismo (BELISARIO E CUNHA, 2010, p. 8).

Com alunos diversos em salas de aula desde a educação infantil, cada um com características próprias, potenciais e necessidades de aprendizagem distintas, é crucial repensar os métodos de ensino-aprendizagem. A escola precisa evoluir em paralelo com a sociedade, que avança rapidamente, para garantir que os métodos educacionais não fiquem estagnados em abordagens do passado.

A inclusão e a participação são fundamentais para a dignidade humana e para o exercício dos direitos humanos, refletindo-se na educação por meio do desenvolvimento de estratégias que buscam criar oportunidades equitativas. A integração de crianças com necessidades especiais é mais eficaz em escolas inclusivas que atendem a toda a comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61).

A inclusão não se limita ao ambiente escolar, pois uma escola inclusiva não pode existir em uma sociedade excludente (RODRIGUES, 2003).

É essencial que escolas, professores, políticos e pais questionem a uniformidade organizacional e os paradigmas educacionais frente à realidade atual, marcada por uma população estudantil diversificada, acesso à informação, demanda por conhecimento como bem social e requisitos da sociedade global (ALARCÃO, 2003, p. 88).

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista está cada vez mais presente na educação infantil. A colaboração entre família e escola é fundamental para proporcionar um acompanhamento adequado que contribua para o desenvolvimento integral do aluno com autismo.

Quanto mais cedo for iniciado um tratamento adequado para uma criança diagnosticada com autismo, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento, considerando as principais dificuldades associadas ao autismo, como estabelecer relações sociais, comunicação verbal e não verbal, desenvolvimento do jogo simbólico, imaginação e adaptação a mudanças de rotina (APPDA, 2000).

O obstáculo erguido é alto e desafiador. Uma barreira de palavras e quietude, gestos e expressões, sons e fragrâncias, imagens e contatos, intenções e códigos. Ele leva a um mundo que as crianças com autismo não compreendem, mas no qual estão imersas, fugindo para o seu mundo interior sempre que possível. Cada uma vive em seu próprio universo. Buscamos adentrar nesse mundo, compreender suas singularidades, compreender suas origens, descobrir a melhor forma de lidar com eles ao longo do tempo, e, por fim, compreender como permitir que vivam e cresçam felizes. (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006, p. 103)

Os indivíduos com TEA não se sentem à vontade em interações em grupo, daí a importância de um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que possa auxiliar na integração social.

A comunicação é vital para a interação social e cultural, moldando o desenvolvimento social e a identidade de um indivíduo. No entanto, para pessoas com autismo, a linguagem e, por conseguinte, a comunicação, são áreas desafiadoras. Poucos desenvolvem habilidades de conversação, embora muitos possuam competências verbais e a maioria consiga desenvolver apenas habilidades não verbais de comunicação. (ORRÚ, 2012, p.185).

Para um diagnóstico preciso do autismo, é essencial realizar uma avaliação minuciosa da criança, abrangendo aspectos físicos e psiconeurológicos. Esse processo deve incluir entrevistas com a família, observação, exames psicométricos e, por vezes, testes complementares para investigar possíveis condições genéticas ou hereditárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem enfrentado desafios e questionamentos no ambiente educacional, desafiando as escolas a repensarem suas práticas e posturas em relação à inclusão de alunos excluídos por diversas razões.

As instituições de ensino, fortemente enraizadas em modelos tradicionais, precisam adaptar-se e rever seus métodos de formação de professores para preparar os educadores de forma mais inclusiva.

É essencial que as escolas e os professores estejam prontos para acolher todos os alunos, oferecendo um ambiente estruturado, atividades diversificadas, materiais pedagógicos variados e, principalmente, um ambiente baseado no respeito e na valorização das diferenças.

Embora a presença da inclusão seja uma realidade na educação brasileira e as classes especiais que permanecem abertas não recebam mais apoio do Estado, persiste um intenso debate entre os profissionais de educação acerca do atendimento aos alunos com deficiência mental.

A inclusão é um direito incontestável, porém, as condições para que ocorra de maneira benéfica para todos os envolvidos devem ser asseguradas, especialmente no que se refere à formação dos professores do ensino regular que acolhem os alunos sem o conhecimento adequado sobre como a criança com deficiência intelectual aprende; sobre a sua abordagem singular ao conhecimento, que nem sempre coincide com o modelo proposto pela escola.

Ao longo da história, indivíduos com Deficiência Intelectual foram rotulados com diferentes termos e classificações, como idiota, débil mental, infradotado, imbecil, retardado mental e deficiente mental. Tais conceitos, sujeitos a evoluções conforme os avanços científicos e educacionais, estiveram vinculados aos interesses econômicos, ideológicos, sociais, políticos e religiosos de cada período. Contudo, um elemento sempre prevaleceu sobre os rótulos: a deficiência intelectual ou mental frequentemente foi associada à ideia de incapacidade e improdutividade, alimentando uma imagem negativa das pessoas pertencentes a esse grupo.

Diversos campos do conhecimento científico têm se dedicado à pesquisa com o propósito de estabelecer uma definição unificada para essa deficiência, além de buscar métodos de assistência que promovam a inclusão efetiva e de qualidade dos Deficientes Intelectuais no ambiente escolar regular.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A. S. **Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões para reflexão.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.
- ALARCÃO, I. (2003). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão.** Porto: Porto Editora.
- APPDA (1993). **Autismo: Integrar.** Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação, 2, pp.14 – 15.
- BELISÁRIO, J. F. Filho; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Transtornos globais do desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- DECLARAÇÃO DA SALAMANCA:** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 10 fev. 2025.
- MANTOAN, M.T.E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Editora Scipione, 1988.
- ORRÚ, silva Ester. “Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educando com autismo”. In: ORRÚ, Silva (ORG). **Estudantes com necessidades especiais: Singulares e desafios na prática pedagógica inclusiva.** Rio de janeiro: Wak Editora, 2012.
- RIVIÈRE, A. **Definição, etiologia, educação, papel psicopedagógico da família no autismo. Curso de desenvolvimento normal e autismo.** Santa Cruz de Tenerife. 1997.
- _____. **Tratamento do autismo como um transtorno do desenvolvimento: princípios gerais.** In A. Rivière e J. Martos (ed.) **O tratamento do autismo. Novas perspectivas** (23-59). Madri: Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais. 1997.
- ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.